

Paulo Falcão Alves

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM COMUNICAÇÃO



MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

AUTOR

Paulo Falcão Alves

ISBN: 978-989-36261-0-8

DOI: [10.23882/eb.22.6108](https://doi.org/10.23882/eb.22.6108)

Faro, 2022.

ÍNDICE

06	INTRODUÇÃO
10	METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO
23	INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS
35	ELABORAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO
44	ANÁLISE ESTATÍSTICA
65	BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra conhecimento vem do latim *cognoscere* (o ato de conhecer), o que torna o objetivo de qualquer investigação conhecer aquilo que até ao momento permanece desconhecido, desvendando e entendendo a natureza dos fenómenos que nos rodeiam, criando novas teorias resultantes dessa aprendizagem.

A produção de conhecimento científico é intencional pois parte sempre de um propósito, de uma intenção, levando a que o conhecimento não seja visto como um estado mas antes como um processo. Um processo que implica articulações entre práticas e pensamentos, vivências e representações/operações simbólicas, através das quais os sujeitos assimilam a realidade aos seus conceitos e operações, construindo representações que lhes permitem acomodar-se aos objetos (Silva & Pinto, 2009).

Podemos enunciar quatro tipos de conhecimento. O primeiro nasce com o próprio homem e diz respeito ao conhecimento que este adquire através da sua vivência e experiência com o exterior – o conhecimento empírico. O conhecimento empírico pertence ao senso comum, à experiência pessoal de cada indivíduo.

Resulta da observação e da experiência individual, sendo por esse motivo desprovido de rigor e método, não possuindo qualquer tipo de validação teórica. Apenas pode ser comprovado no local, no momento.

O segundo tipo de conhecimento é o conhecimento filosófico. Um conhecimento metafísico, resultante da reflexão e da problematização da realidade. Não se baseia na experiência, mas sim na reflexão, na dialética, não sendo por isso comprovável.

O terceiro conhecimento diz respeito ao conhecimento teológico, um conhecimento suportado através da fé. Tal como o conhecimento filosófico, é um conhecimento não verificável pois o seu objeto é incomensurável.

Por fim, o quarto e último tipo de conhecimento é o conhecimento científico, resultante do estudo, do método científico.

É através do estudo das relações entre os fenómenos que o conhecimento científico se constrói, sendo, portanto, sistemático, racional, exato e verificável, adquirindo a sua validação tendo como principais características a racionalidade e a objetividade. É um conhecimento que se apoia em factos, é analítico, requerer exatidão e clareza e deve ser comunicável.

Assim, quando falamos em ciência, falamos da construção de um conhecimento que pode ser criado através de duas formas: a partir da formulação de novas teorias ou através da validação de teorias já existentes. Ambos os processos são importantes e ambos carecem da aplicação de metodologias de forma a avaliar os seus resultados.

Segundo Mashall & Rossman (1995: 40-41) existem três categorias nas quais as generalidades dos

estudos de investigação se enquadram: estudos exploratórios; estudos explanatórios e estudos descritivos.

Os estudos exploratórios têm como objetivo proceder ao reconhecimento de uma determinada realidade pouco explorada, levantando hipóteses de entendimento dessa mesma realidade. Os estudos explanatórios têm o intuito de explicar relações de causa e efeito a partir de uma teoria. Por fim, os estudos descritivos, tal como o seu nome indica, descrevem rigorosamente e de forma clara um determinado fenómeno, tentando prever os eventos e comportamentos daí resultantes.

O conhecimento científico tem assim, na sua origem, procedimentos de verificação baseados em metodologias científicas, aplicadas de acordo com cada área em estudo. Para a aplicação dessas metodologias são necessários instrumentos de recolha e análise de dados, que por sua vez são definidos através do método¹ científico.

Servir-se de um método é tentar ordenar o trajeto através do qual se possam alcançar os objetivos inicialmente definidos na investigação. O método refere-se de facto a um caminho que nos permite chegar a um determinado fim.

Segundo Turato (2003) podemos definir método como um conjunto de regras que escolhemos e aplicamos,

¹ A palavra «método» tem a sua origem no grego, *methodos*, composta por *meta*: através de, por meio, e por *hodos*: via, caminho.

com o objetivo de recolher dados que nos ajudem na compreensão da realidade que pretendemos estudar. Outra característica que importa também salientar em relação ao método diz respeito à sua imprevisibilidade,

o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado.

(Hegenberg, 1976: 115)

Trata-se de um processo de aprendizagem, onde durante o seu percurso vamos aplicando e adaptando os nossos instrumentos de análise e recolha de dados, através de uma metodologia devidamente construída de acordo com a realidade que pretendemos investigar.

Representa o caminho que se pretendemos seguir de modo a atingirmos os objetivos que nos propomos. Por não se tratar de um caminho linear, por vezes, o investigador tem a necessidade de fazer pequenos ajustes à metodologia devido a fatores externos que vão surgindo ao longo da investigação e que estão fora do seu controlo.

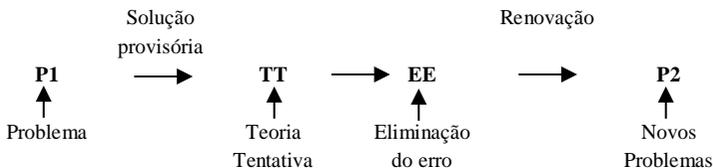
METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Podemos referir quatro principais métodos de investigação: o método dedutivo, o método indutivo, o método hipotético-dedutivo e o método dialético.

O método dedutivo teve origem na Antiguidade (filosofia) e parte do geral para explicar o particular. Utiliza o raciocínio lógico para chegar a uma conclusão (e.g. os alunos nesta aula estão atentos / o João está nesta aula / o João está atento).

O método indutivo está na origem do conhecimento científico e parte da observação e da experimentação – vai do particular para o geral. Após a observação tenta criar padrões fenomenológicos particulares de modo a chegar a uma teoria geral.

O método hipotético-dedutivo testa a falsidade de uma hipótese, verificando ou refutando essa mesma hipótese através da experimentação. Tenta encontrar a verdade eliminando aquilo que é falso. Karl Popper foi o grande impulsionador deste método defendendo que a ciência começa e termina com problemas.



Por fim, o método dialético surge na Grécia Antiga e analisa a realidade a partir da confrontação de teorias ou

hipóteses. Representa a análise racional de um conceito e é constituído pelas seguintes fases: tese (uma ideia à partida verdadeira); antítese (contradição a essa ideia) e a síntese (resultado dessa contradição).

A metodologia que definimos para a nossa investigação pode então ser compreendida como um mapa, onde as estradas representam os instrumentos que decidimos escolher para atingirmos o nosso objetivo.

É a forma como conduzimos a nossa pesquisa, composta por um conjunto de regras e instrumentos essenciais para nos aproximar da verdade - representa a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa de toda ação desenvolvida no trabalho de pesquisa.

Consiste num processo de escolha das estratégias que vamos aplicar à nossa investigação e que será condicionada através das técnicas e dos instrumentos de recolha e análise de dados que forem previamente definidos.

Trata-se de um conjunto dos passos/trâmites necessários para obter conhecimentos válidos (científicos) por meio de instrumentos fiáveis.

A escolha da metodologia depende do tipo de investigação que se pretende realizar podendo ser qualitativa ou quantitativa.

Na investigação quantitativa o objetivo é apresentar dados indicadores de prováveis tendências observáveis através da utilização do método experimental.

Já a investigação qualitativa surge como alternativa ao paradigma positivista da qual faz parte a

investigação quantitativa e tem como objetivo estudar a subjetividade inerente ao fenômeno que se pretende estudar.

Foca-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou valores de um determinado fenômeno social. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados.

Este tipo de investigação é indutivo e descritivo na medida em que o investigador desenvolve conceitos e ideias a partir de padrões encontrados nos dados recolhidos levando a que a sensibilidade do investigador seja um fator determinante para o sucesso da investigação nomeadamente no que diz respeito à recolha de dados.

Na investigação qualitativa são utilizados procedimentos interpretativos e não experimentais, sendo, portanto, uma análise descritiva a partir de dados recolhidos através de documentos, entrevistas e observação.

Segundo Weber (2009) é impossível compreender os fenômenos sociais na sua totalidade devido à imensidade e pluralidade das ações sociais, pois as causas resultantes dessas ações podem originar fenômenos totalmente dispersos e infinitos sobre si, defendendo uma *sociologia compreensiva*, capaz de compreender interpretativamente a sociedade e desta forma explicar causalmente o desenrolar dos seus efeitos através da intuição e não apenas por meio da observação e experimentação, argumentando que a intuição acompanha

a razão no entendimento dos fenómenos sociais, insurgindo-se contra a redução positivista das ciências sociais às ciências exatas e à uniformização do método científico, contribuindo assim para a consolidação da metodologia nas ciências sociais e humanas através de novos métodos e de uma nova reflexão sobre a ciência e o seu papel na sociedade.

Weber (2015) também considerava que a neutralidade do investigador na aplicação do método científico às ciências sociais era impossível, pois o investigador é sempre influenciado por uma certa parcialidade, defendendo por esse motivo que a ciência não deveria estar ligada a outros poderes como a política ou a religião.

O *homem do saber* devia afastar-se o mais possível dos ideais políticos e religiosos, pois a sua função seria a de desconstruir as narrativas sociais segundo o método científico e nunca se deixar influenciar pelas suas convicções ou ideais, podendo correr o risco de se tornar num demagogo.

O seu papel deveria ser somente o de analisar a sociedade e tentar revelar a realidade através dos factos observados e não se posicionar num ou noutro ponto ideológico, podendo assim tornar tendencial a sua linha de pensamento.

O processo de investigação pode ser dividido em sete etapas, nomeadamente: definição do problema; revisão da literatura; colocação de hipóteses; construção do modelo de análise; escolha dos instrumentos de recolha

de dados; recolha de dados; análise e discussão dos resultados; conclusões finais e publicação de resultados.

A primeira etapa de qualquer investigação científica parte sempre da formulação do problema que pretendemos estudar. Consiste em formular, de forma clara e objetiva, a problemática à qual pretendemos dar uma resposta.

Toda a investigação deve começar pela definição de um corpo de perguntas que delimitem o objeto de estudo, ajudando assim na definição do rumo da investigação - o problema da investigação deve sempre ser formulado com uma pergunta. É também importante que a escolha do problema traga algo de inovador e pertinente para a sociedade.

Deve igualmente ir de encontro às capacidades, formação, recursos físicos e financeiros que o investigador tem ao seu dispor, aliada também ao tempo que o investigador disponível tem para executar a sua investigação - uma boa gestão do tempo é fundamental para a execução de todas as tarefas inerentes ao processo de investigação.

Neste sentido, o tema da investigação deve estar de acordo com os interesses do investigador² e com a sua experiência, quer académica, quer pessoal, não se devendo sobrepor a temas já demasiadamente expostos e debatidos.

² O interesse do investigador no tema que pretende estudar é um fator muito importante na investigação, pois visto tratar-se de um processo solitário, o interesse pelo tema pode tornar-se num fator motivacional.

Uma vez feito o estudo sobre a disponibilidade da informação, do tempo e dos recursos que temos ao nosso dispor, podemos começar a definir aquilo que pretendemos investigar elaborando assim um cronograma da investigação exequível com a realidade que pretendemos analisar e com os recursos que temos ao nosso dispor.

A definição do nosso objeto de estudo é um passo fundamental para a execução de uma boa investigação. O problema deve ser descrito sucintamente, bem como o título do trabalho, podendo este ser alterado durante a investigação³.

Segundo Creswell (*in* Sousa e Batista, 2011: 22) para se verificar a viabilidade de uma investigação devemos responder a seis perguntas-chave:

- . Será possível concluir a investigação no tempo previsto, com os recursos disponíveis e acesso à informação?
- . O tópico desperta interesse para a comunidade científica?
- . Serão os resultados de interesse para outros (leitores, público em geral ou outros investigadores)?
- . Haverá possibilidade de publicação na área?
- . Será que o estudo vai preencher um vazio, replicar, aprofundar ou desenvolver novas abordagens na área?
- . Irá a investigação contribuir para os meus objetivos profissionais?

³ Um título provisório ajuda sempre a manter o foco da investigação.

Por vezes o problema também pode surgir a partir de estudos prévios realizados sobre a mesma temática - o investigador pode ter dúvidas sobre os resultados ou conclusões de uma determinada investigação.

Nestes casos podemos replicar o mesmo estudo para verificar a sua veracidade, replicando-o nouro contexto/amostra. Embora à primeira vista possa parecer que a replicação de um estudo não acrescenta novo conhecimento, isso não corresponde à verdade.

O progresso na construção de um corpo de conhecimentos depende da capacidade das replicações que servem para ampliar os resultados obtidos anteriormente.

Ao contrário do que se possa pensar, a replicação de estudos tem enorme importância para o desenvolvimento do conhecimento pois é através desta replicação que se verifica e consolida as conclusões a que cada um desses estudos apresenta.

Segundo Moltó (*in* Sousa & Batista, 2011: 24), um dos principais problemas da investigação é a falta de replicação de estudos que faz com que se deem por certos pressupostos/resultados que ainda estão pouco consolidados ou mal compreendidos.

Após a definição do problema e da reflexão acerca de todas as variáveis que o nosso estudo irá implicar passamos para a fase da revisão da literatura ou estado da arte. Trata-se de um processo através do qual procuramos identificar se já foi publicada alguma investigação que tenha dado resposta às questões de investigação propostas

ajudando a decidir sobre a pertinência do tema escolhido.

Assim, é importante fazer uma análise do que já foi investigado para identificar e cumprir objetivos que possam vir a ser complementares de modo a que a investigação possa contribuir para a criação de novo conhecimento.

A revisão da literatura ou do estado da arte, tem como objetivo a consulta e recolha de informação pertinente relativa à área de investigação em geral e à problemática da investigação em particular.

Tem como principal objetivo a aquisição de conhecimento científico na área da investigação em que nos encontramos, e que seja relevante, de modo a nos ajudar a “encontrar” a(s) resposta(s) para a problemática em estudo.

Para Minayo (2000: 97-98), as pesquisas bibliográficas caracterizam-se como «*uma ordenação da realidade empírica[...]; um exercício de crítica teórica e prática[...]; um caráter disciplinar e operacional*». A pesquisa bibliográfica é capaz de projetar luz e permitir uma ordenação da realidade empírica.

Marconi e Lakatos (2007) defendem que a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento da bibliografia já publicada, quer seja em livros, jornais, revistas ou publicações avulsas.

O seu objetivo é fazer com que o investigador conheça o material escrito sobre o assunto que pesquisa, sendo auxiliar na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica, mas não se limita somente ao início das pesquisas, pois ao longo de todo o percurso, com as pesquisas de campo, com os novos dados encontrados, a pesquisa bibliográfica se intensifica em necessidade e importância, para dar respaldo às descobertas, para construir o conhecimento que se faz no campo, mas que também precisa das referências existentes.

Flick (2009: 62) estrutura a pesquisa bibliográfica em quatro eixos:

a literatura teórica sobre o tema a ser estudado;
leitura de pesquisas empíricas realizadas anteriormente sobre o tema, ou similares;
literatura sobre metodologia da pesquisa;
literatura teórica e empírica para a contextualização, comparação e generalização das descobertas.

A pesquisa bibliográfica dará assim o suporte para a realização das pesquisas empíricas. É na pesquisa bibliográfica que a estruturação das ideias e dos conceitos já publicados serão reafirmados, ampliados, reconstruídos com as descobertas das pesquisas de campo.

Será portanto nesta fase que o campo se consolida, até porque, os resultados encontrados, os novos olhares projetados também terão como fruto um material bibliográfico, em forma de artigo científico, livro, anais de congresso, configurando-se como novo material de pesquisa para o próprio pesquisador em pesquisas futuras

e para outros investigadores que trabalham com as mesmas inquietações.

Deste modo, qualquer investigação implica a leitura de assuntos já escritos por outros investigadores, implica a recolha de informações que fundamentem os seus argumentos e a redação das suas conclusões, permitindo-nos saber o estado do conhecimento em que se encontra a problemática da nossa investigação. Essa revisão da literatura pode ser feita através de fontes bibliográficas como livros, revistas científicas, dissertações, trabalhos académicos, teses e relatórios.

Numa revisão bibliográfica devem apenas ser mencionadas as obras relevantes e autores de renome. A revisão da literatura tem como objetivos a contextualização do estudo, a definição dos horizontes que pretendemos analisar e o estabelecimento das prioridades da nossa pesquisa⁴.

A pesquisa bibliográfica é também algo pessoal que irá de encontro às preferências do investigador. Segundo Creswell (1994) um estudo científico deve começar pela leitura de artigos e revistas da especialidade para de seguida se avançar para estudos mais complexos.

Por outro lado, o investigador não deve mergulhar cegamente no processo de recolha de informação sem ter previamente definido o seu objeto de estudo. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008: 13),

⁴ Importa referir que um bom estudo não está diretamente ligado ao número de referências bibliográficas.

é extremamente importante evitar a gula livresca ou estatística, que pode afogar o investigador com sobre informação; a não colocação de hipóteses ou questões-bússola que servem de guia para a investigação e, por fim, o gongorismo arrogante de quem considera que quanto mais difícil for o discurso mais científico será.

Após a formulação do problema e a revisão da literatura, passamos para a fase da formulação das hipóteses de investigação com base na literatura consultada. É nesta fase que o investigador define a forma como o fenómeno em estudo poderá ser analisado.

Apenas no final da investigação é que as hipóteses são refutadas ou validadas - uma hipótese de trabalho bem formulada pode ser a diferença entre saber qual o passo seguinte ou ficar perdido no processo. Estão na base da construção dos nossos instrumentos de recolha de dados.

O próximo passo assenta na definição do modelo de análise, ou seja, a forma como vamos operacionalizar a nossa investigação. Trata-se de um esquema teórico que tem como objetivo representar as dimensões do fenómeno que pretendemos analisar.

Tem como objetivo focar o objeto de estudo e a forma como esse vai ser desenvolvido, definindo aquilo que irá e não irá ser estudado⁵.

⁵ De referir que nem sempre é possível construir um modelo de análise teórico como é o caso de projetos de investigação conduzidos em áreas científicas ainda pouco exploradas.

Após a construção do modelo de análise passamos para a operacionalização do nosso estudo. Nesta fase escolhemos os instrumentos de recolha de dados que melhor se adequarão ao nosso estudo, definimos as técnicas que iremos usar de modo a atingir os objetivos propostos no início da nossa investigação.

As técnicas de recolha de dados são compostas por um conjunto de processos operativos que permitem recolher os dados empíricos.

Estes dados podem ser primários ou secundários. Os dados primários, são informações que o investigador obtém diretamente através da conceção e aplicação de inquéritos, do planeamento e condução de entrevistas e em estudos baseados na observação.

Já os dados secundários provêm da análise documental, do acesso a informações trabalhadas por terceiros e às quais o investigador procede à sua recolha através de livros, dicionários, jornais, revistas e artigos.

Após a recolha de dados passamos para a análise e discussão dos resultados onde o investigador irá analisar os dados recolhidos e cruzando esses dados com o referencial teórico do seu estudo. Esta fase da investigação é muito importante pois reflete a capacidade do investigador em analisar os dados, relacionando-os com o fenómeno em estudo. É também nesta fase que as nossas hipóteses são validadas ou refutadas.

O passo seguinte diz respeito às conclusões finais onde o investigador faz novamente uma abordagem geral ao estudo, enuncia os principais resultados e apresenta a

sua visão do fenómeno com vista a dar resposta ao problema de investigação. De referir que nesta fase não devem ser inseridos novos dados ou novas hipóteses. Devemos também deixar algumas indicações para futuras investigações.

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados é um procedimento lógico da investigação empírica que consiste em selecionar técnicas de recolha e tratamento da informação adequadas, ponderando a sua utilização para fins específicos.

As principais técnicas de recolha de dados são a observação, os inquéritos por entrevista (presencial, telefónica, *focus group*, etc.), os inquéritos por questionário e a análise de conteúdo (atas, jornais, livros, artigos, teses, etc.)

Observação

A observação é uma técnica de recolha de dados que se baseia na presença do investigador no local onde os dados são recolhidos e pode ser participante ou não-participante.

Na observação participante é o próprio investigador o principal instrumento de observação, integrando-se no meio a investigar, vivenciando os problemas e as situações que envolvem a investigação.

Trata-se de uma técnica de investigação qualitativa adequada ao meio que se pretende investigar e onde o investigador recolhe os dados em primeira mão. Já a observação não-participante, o investigador observa o fenómeno do lado de fora, não participando nas ações, apenas se limita apenas a observar sem intervir na investigação.

A pesquisa de terreno faz parte da observação direta pois pressupõe um contacto direto com as pessoas e as instituições - trata-se de um método e não de uma técnica isolada, conhecido como estudo etnográfico ou estudo de campo.

Este método de observação recorre a técnicas provenientes das disciplinas de Antropologia Social, que consistem no estudo de um objeto através da observação direta da realidade onde esta se insere, comparando os sistemas sociais no tempo e no espaço, com o objetivo de verificar a sua estrutura e os caracteres que distinguem cada forma de comportamento⁶.

Deste modo, o método de pesquisa no terreno e a observação direta do fenómeno que se pretende estudar, possibilitam ao investigador uma visão mais clara e objetiva do fenómeno que se pretende analisar. Tal como refere Silva e Pinto (2009: 138) «(...) *a pesquisa no terreno é a arte de obter respostas sem fazer perguntas*».

Cabe ao investigador conhecer o seu campo de análise para que possa descodificar as várias narrativas que vão sendo produzidas no terreno ao longo da sua investigação.

O método da pesquisa de terreno supõe, genericamente, presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contato direto com as

⁶ Uma das principais funções da Antropologia Social é perceber como os seres humanos se comportam nas sociedades em que vivem, tornando os estudos etnográficos num método qualitativo, inserido na corrente filosófica do Interpretivismo.

pessoas e as situações⁷, onde o investigador é o principal instrumento de pesquisa. Observa os locais, os objetos, os símbolos, as pessoas, as atividades, os comportamentos e os acontecimentos - participa no quotidiano das pessoas.

Inquérito por entrevista

A entrevista é um método de recolha de dados que consiste em conversas orais, individuais ou em grupos, com vários indivíduos devidamente selecionados. As entrevistas podem dividir-se em três tipos: entrevista não estruturada, semiestruturada e estruturada.

As entrevistas não estruturadas não possuem um guião e o entrevistado pode expor os seus próprios problemas. Neste tipo de entrevista não existe muito diálogo pois o investigador ouve mais do que fala. As entrevistas semiestruturadas possuem um guião, com um conjunto de tópicos ou perguntas a abordar na entrevista. Também dão liberdade ao entrevistado, embora não o deixe fugir muito do tema.

Por fim, as entrevistas estruturadas consistem na abordagem de temas às questões previamente

⁷ A pesquisa de terreno ou trabalho de campo foi inicialmente desenvolvida na Europa por Le Play com os seus estudos monográficos de famílias operárias (*Os Operários Europeus*, 1855) e de Engels com a sua análise sobre a *Situação da Classe Operária em Inglaterra* (1845). No entanto, o maior impulso dado à pesquisa de terreno em sociologia foi dado nos Estados Unidos pela Escola de Chicago, onde foram ensaiadas diversas combinações de técnicas em que a observação direta, as entrevistas não estruturada e a utilização de documentos pessoais tiveram um lugar de destaque. A dupla influência da Escola de Chicago e do trabalho de campo estão na base das pesquisas de terreno em meios urbanos e rurais onde se aplica a observação participante com uma multiplicidade de outras técnicas.

determinadas e que são consideradas importantes para os objetivos do trabalho. As perguntas são mais estruturadas e ordenadas. É um tipo de entrevista mais rápido e por isso mais extensivas podendo assim inquirir um maior número de indivíduos.

Existem dois tipos de questões: questões abertas e fechadas. Nas questões abertas o entrevistado tem a possibilidade de exprimir e justificar livremente a sua opinião. Nas questões fechadas, os entrevistados não têm a possibilidade de desenvolver as suas respostas.

As respostas fechadas apresentam a dupla vantagem de diminuir o trabalho envolvido na codificação, permitindo uma maior economia de recursos e uma maior rapidez no tratamento dos dados, assegurando assim uma maior objetividade.

A grande desvantagem situa-se na rigidez do processo, que normalmente não admite outras respostas senão as que foram previstas à partida pelo investigador

Para que uma entrevista cumpra os objetivos pelas quais foi elaborada o investigador deve sempre criar um guião. Este guião serve de base à realização da entrevista e é constituído por um conjunto de questões abertas, semiabertas ou fechadas.

Na elaboração de um guião para uma entrevista, devemos incluir uma descrição do perfil do entrevistado; a definição do propósito da entrevista, do local e do momento em que a entrevista será realizada bem como o tempo que será necessário para a mesma.

Devemos igualmente esclarecer aquilo que se pretende investigar, o objetivo da entrevista, garantir a confidencialidade dos dados, criar um ambiente agradável e evitar influenciar as respostas do entrevistado.

No caso de a entrevista ser gravada devemos informar e pedir autorização para a gravação, informando o entrevistado do tempo que temos previsto para a realização da entrevista. De referir que todos os elementos exteriores como por exemplo gestos ou expressões devem ser registados.

Inquérito por questionário

O inquérito por questionário é um dos métodos mais utilizados por sociólogos e psicólogos sociais, tendo como objetivo interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista a generalização de um determinado fenómeno. Existem várias formas de administrar um inquérito: por correio, presencial, telefone ou *on-line*.

Os inquéritos por questionário começaram a ser lançados pelos governos como forma de censos da população e como ferramenta de controlo político. Mais tarde, por volta dos anos 30, nos EUA, o inquérito começa a ser aplicado pela sociologia, num quadro de crise económica profunda através da Escola de Chicago, tendo sido questionado e ultrapassado devido à sua essência qualitativa que colocava sérias questões na análise dos seus resultados.

O questionário passa então a adotar uma metodologia quantitativa conferindo-lhe assim a credibilidade que ainda hoje lhe atribuímos.

A sua natureza quantitativa e a sua capacidade de “objetivar” informação conferem-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade dominada pela lógica.

Trata-se de um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se geralmente na inquirição de um grupo representativo da população.

Existem três tipos de questionários: abertos, fechados e mistos, variando consoante o tipo de questões aplicadas.

A construção das questões devem ter como base os dados investigados seguindo uma linha lógica de produção. Devem ser objetivas, claras e precisas evitando ambiguidade ou interpretações erradas.

As questões de resposta única apenas permitem uma resposta, nas questões de resposta múltipla o inquirido pode optar por uma ou mais respostas. As questões em escala também são um tipo de questões fechadas podendo ser construídas com base nas seguintes escalas: nominal, ordinal, de intervalo ou de razão.

Podemos enumerar algumas vantagens de um inquérito por questionário, nomeadamente: maior sistematização de resultados, facilidade de análise, pouco dispendioso e a capacidade de atingir um elevado número de indivíduos.

As desvantagens estão por vezes ligadas a fatores como: dificuldade de conceção, possibilidade de uma elevada taxa de não-respostas, dificuldade de compreensão e respostas pouco claras ou incompletas.

Para evitar alguns destes erros devemos recorrer a um pré-teste ao questionário de forma a verificar se ele é realmente aplicável, se todos os inquiridos percebem o teor das questões, se a lista de todas as opções das respostas fechadas considera todas as opções existentes e se existe um elevado grau de aceitação às questões colocadas. As questões colocadas devem ter sempre como base um referencial teórico.

Análise de conteúdo

A análise de conteúdo representa uma técnica importante na investigação qualitativa, onde os documentos representam a sua principal fonte da investigação. Tal como qualquer outra prática de pesquisa, a análise de conteúdo pressupõe objetivos e referentes teóricos.

se um investigador se propõe analisar, por exemplo, os manuais do ensino primário, pode ter em vista objetivos aplicados ou exclusivamente teóricos. Pode pretender estudar a adequação dos textos ao nível do desenvolvimento cognitivo e moral da criança, como pode pretender proceder a um levantamento da ideologia que lhe subjaz. Em qualquer dos casos terá de solucionar um certo número de conceitos analíticos, que referirá a uma ou vários modelos teóricos. Esta é aliás a primeira

etapa de qualquer processo de investigação empírica.
(Silva e Pinto, 2009: 109)

A história da análise de conteúdos remonta à interpretação dos textos bíblicos, mas foi no século XX que se assistiu a um período de grande desenvolvimento nas técnicas de análise de conteúdo nos Estados Unidos da América.

A procura de objetividade e de rigor científico favorecem o desenvolvimento de técnicas de investigação que pretendem medir e quantificar dados através da sistematização e validação dos procedimentos e resultados.

A matemática e a estatística são as grandes aliadas da análise quantitativa de conteúdos, no entanto, os dados estatísticos e a mensuração da informação não se podem aplicar a todo o tipo de objetos – a ciência não se reduz à corrente positivista.

Assim, a análise de conteúdo nas áreas das ciências sociais como a sociologia, a história, a psiquiatria ou psicologia surge da necessidade de se ir além da estatística, levando-nos para o campo das interpretações e das inferências tendo o seu maior desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX.

Neste sentido, a análise de conteúdos adota procedimentos descritivos e interpretativos, representando uma técnica de pesquisa que obedece a procedimentos especializados passíveis de serem aprendidos pelo investigador.

As técnicas de investigação utilizadas têm de ser fiáveis e os resultados passíveis de serem replicados – características do método científico.

Deste modo, a análise de conteúdo assenta na definição das categorias, que podem ser definidas como «*um certo número de sinais da linguagem que representam uma variável na teoria do investigador*» (Silva & Pinto, 2009: 21) e são habitualmente compostas por um termo chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender,

o que importa ao investigador são conceitos, e a passagem dos indicadores aos conceitos é, portanto, uma operação de atribuição de sentido, cuja validade importará controlar.
(Silva e Pinto, 2009: 111)

A análise de conteúdo pressupõe a definição de unidades de registo, unidades de contexto e unidades de enumeração. A unidade de registo é o segmento de determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa categoria. Mais uma vez são os objetivos e a problemática teórica que orientam a pesquisa e devem determinar a natureza das unidades a utilizar.

Podemos distinguir dois tipos de unidades de registo: formais e semânticas. Nas unidades formais, podemos incluir uma palavra, uma frase, uma personagem. Nas unidades semânticas a unidade mais comum é o tema ou significado do objeto de estudo.

A unidade de contexto é o segmento mais largo de conteúdo que o investigador analisa. A dimensão da unidade de contexto depende do tipo de unidade de registo que o investigador escolheu para a sua investigação.

Quanto mais extensas são as unidades de registo e de contexto, mais dificuldades se levantam à validade interna da análise. Uma unidade de contexto é uma parte de frase, um segmento, que faz sentido por si só. Dela se pode extrair a unidade de registo que é o elemento de significação a codificar ou classificar.

Quando isolamos unidades de registo a partir das unidades de contexto, estamos a codificar. Isto é estamos a atribuir categorias e isolar a informação para a analisar.

Estas categorias podem estar pré-definidas e, nesse caso, estamos perante um estudo que visa confirmar ou não uma perspetiva. Trata-se de um estudo exploratório, pois é há medida que isolamos as unidades de registo que vai emergindo uma visão global do fenómeno que pretendemos estudar.

Por fim, a unidade de enumeração é a unidade em função da qual se procede à quantificação e podem ser classificadas em geométricas e aritméticas.

As unidades geométricas são as mais comuns nas análises de imprensa pois são menos suscetíveis de criar distorções, as unidades aritméticas podem ser muito variadas e podem não ter como base unidades de registo.

As unidades aritméticas permitem contar a frequência de uma categoria, a intensidade da atitude em relação ao objeto como por exemplo o tempo de antena ou

o número de imagens associado a um determinado conteúdo.

A escolha de uma unidade de enumeração deve ser explícita, justificando-se os critérios que permitem estabelecer uma equivalência entre a frequência de uma categoria e a sua importância no sistema de interesses da fonte (Silva e Pinto, 2009).

importa referir que uma análise de conteúdo não implica necessariamente uma quantificação, no entanto, os desenvolvimentos recentes de novas técnicas de análise de dados deram um novo impulso à quantificação nos métodos das ciências sociais em geral, especificamente à quantificação da análise de conteúdo.

(Silva & Pinto, 2009: 117)

A análise de conteúdo quantitativa poderá tomar três direções. O tratamento mais simples que um investigador pode efetuar sobre os seus dados é a análise de ocorrências, a segunda orientação é a análise avaliativa e a terceira é a análise estrutural. A análise de ocorrências visa determinar o interesse da fonte por diferentes objetos ou conteúdos.

A análise avaliativa tem como base o estudo das atitudes da fonte relativamente a determinados objetos, recorrendo na maior parte das vezes ao método de Thurstone através da elaboração de uma escala de atitudes exprimida através da avaliação positiva, negativa ou neutra do objeto em estudo.

Por fim, a análise estrutural pretende revelar a atenção que o sujeito do discurso confere aos diferentes conteúdos inventariados, permitindo inferências sobre a organização do sistema de pensamento da fonte implicado no discurso que se pretende estudar.

Um desses exemplos pode ser encontrado no teste de Fisher onde se permite determinar associações ou dissociações significativas entre cada par de categorias. A interpretação de resultados segundo esta técnica é bastante complexa não permitindo igualmente determinar a força relativa das associações entre categorias (Silva & Pinto, 2009).

ELABORAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO

Em regra geral, um artigo científico deve ter a seguinte estrutura:

Título

Deve compreender os conceitos-chave que o tema encerra.

Autor (es)

O autor do artigo deve vir indicado do centro para a margem direita. Caso haja mais de um autor, os mesmos deverão vir em ordem alfabética, ou se houver titulações ou contribuições diferentes deverão seguir a ordem da maior para a menor titulação ou contribuição. Os dados da titulação de cada um dos autores serão indicados em nota de rodapé através de numeração ordinal.

Resumo e Abstract

Texto, com uma quantidade predeterminada de palavras, onde se expõe o objetivo do artigo, a metodologia utilizada para solucionar o problema e os resultados gerais do estudo. O *Abstract* é o resumo traduzido para inglês, sendo que algumas revistas aceitam a tradução em outra língua.

Palavras-chave

São palavras características do tema que servem para indexar o artigo. Geralmente contêm no máximo seis palavras.

Introdução

O objetivo da Introdução é situar o leitor no contexto do tema em análise, oferecendo uma visão global do estudo realizado, esclarecendo as delimitações estabelecidas na abordagem do fenómeno, os objetivos e as justificativas que levaram o autor a tal investigação para, em seguida, apontar as questões de pesquisa para as quais tentará encontrar as respostas.

Deve-se ainda destacar a metodologia utilizada no trabalho. Podemos, pois, dizer que a introdução apresenta e delimita investigação (problema de estudo - o quê), define os objetivos (para que serviu o estudo) e apresenta a metodologia utilizada no estudo (como e onde).

Desenvolvimento

Nesta parte do artigo, o autor deve fazer uma exposição e uma discussão das teorias que foram utilizadas para entender e esclarecer o problema, apresentando-as e relacionando-as com a dúvida investigada. Deve apresentar as demonstrações dos argumentos teóricos e/ ou de resultados que as sustentam com base dos dados recolhidos.

O objetivo da revisão de literatura é desenvolver, a respeito das contribuições teóricas, o assunto abordado.

Caso seja necessário o corpo do artigo pode ser dividido em subtítulos. É importante expor os argumentos de forma explicativa ou demonstrativa, através de proposições desenvolvidas na pesquisa, onde o autor deve demonstrar ter conhecimento da principal literatura até o momento da redação final do trabalho, demonstrando teoricamente o objeto de seu estudo.

É também no desenvolvimento que colocamos as hipóteses. Quando o artigo inclui uma pesquisa descritiva é nesta secção que esses resultados são apresentados.

A metodologia deve ser descrita de modo sintético mas preciso, contendo informação suficiente de modo que, no caso de a experiência vir a ser repetida por outro investigador, nomeadamente: tipo de estudo, tipo de investigação, descrição da amostra, apresentação dos instrumentos de recolha de dados e sua aplicação.

Nesta parte deve também ser feita a descrição do que se observa na experiência, incluindo o registo e tratamento dos dados, bem como os esquemas e ou as figuras das observações efetuadas. Os esquemas, figuras ou tabelas devem ter sempre legendas.

Análise e discussão de resultados

A interpretação dos resultados deve comparar os resultados obtidos face ao objetivo pretendido. Não se devem tirar hipóteses especulativas que não possam ser fundamentadas nos resultados obtidos. A discussão de resultados constitui uma das partes mais importantes do artigo, uma vez que é nela (e não na introdução) que os

autores evidenciam todos os conhecimentos adquiridos, através da profundidade com que discutem os resultados obtidos e os relacionam com o fenómeno em estudo.

Conclusões

Após a análise e discussões dos resultados, são apresentadas as conclusões do estudo, evidenciando com clareza e objetividade as deduções extraídas dos resultados ou apontadas ao longo da discussão do assunto.

Neste momento são trianguladas as diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, sintetizando os principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa.

A conclusão é a resposta às hipóteses enunciadas, aos objetivos do estudo e à pergunta inicial do estudo, pelo que não se devem incluir novos dados que não tenham sido apresentados anteriormente.

Relativamente à forma como o artigo é apresentado, nomeadamente o tipo de letra, tamanho ou espaçamento entre linhas, embora seja uma responsabilidade do autor, este deve sempre seguir as regras ou normas de publicação existentes em cada revista e que devemos sempre consultar.

Na maioria dos casos utiliza-se uma fonte tamanho 12 para o texto; e menor para as citações formais (com mais de quatro linhas), notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e tabelas. O espaçamento entre as linhas deve ser de 1,5 pontos. As notas de rodapé, as

legendas, as citações formais com mais de três linhas devem ter espaçamento entre as linhas de 1 espaço simples de entrelinhas e tamanho 11. As referências bibliográficas devem ser separadas entre si por um espaço duplo.

Na numeração das secções deve ser utilizada numeração romana. O indicativo de uma secção secundária é constituído pelo indicativo da secção primária a que pertence, seguido do número que lhe foi atribuído na sequência do assunto, com um ponto de separação: 1.1; 1.2...

Os títulos e subtítulos devem estar formatados e destacados do texto consoante a sua hierarquia, mantendo de preferência o mesmo tamanho de letra que o corpo do texto.

O limite máximo das secções ou capítulos deve ser cinco. Caso haja necessidade de mais subdivisões, estas devem ser feitas por meio de alíneas.

Sempre que tiver que utilizar alíneas, elas devem obedecer à seguinte disposição: a) no trecho final da sessão correspondente, anterior às alíneas, termina por dois pontos; b) as alíneas são ordenadas por letras minúsculas seguidas de parênteses; c) a matéria da alínea começa por letra minúscula e termina por ponto e vírgula; e na última alínea, termina por ponto; d) a segunda linha e as seguintes da matéria da alínea começam são alinhadas pela primeira linha do texto da própria alínea. As palavras em outros idiomas devem constar em itálico, sem aspas.

As notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devem ser incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Referem-se aos comentários e/ou observações pessoais do autor e são utilizadas para indicar dados relativos à comunicação pessoal - devem ter espaçamento de 1 ponto e tamanho 9.

Relativamente às referências bibliográficas devemos sempre seguir as normas da *American Psychology Association* (APA) nas quais estão definidas as formas como devemos referenciar os documentos consultados para o nosso estudo.

As referências bibliográficas têm uma dupla importância pois para além de prevenirem futuras situações de plágio facilitam ao mesmo tempo uma orientação bibliográfica para o leitor.

Como foi referido o modelo mais utilizado na apresentação de referências bibliográficas é o modelo da APA e que pode ser consultado no seu website. Deixemos aqui alguns exemplos:

Livro

Finney, J. (1970). *Time and again*. Lisboa: Porto Editora.

Revista

Finney, J. (2018, janeiro 11). *Pos-modernity*. *Time Magazine*, 104, 11-15.

Jornal

Rosenberg, G. (1997, Março 31). Electronic discovery proves an effective legal weapon. *The New York Times*, p.5.

Website

Laurindo, R. (2017). *O Processo Criativo na Publicidade*. <http://hbswk.hbs.edu/item.jhtml?id=1553&t=marketing>

Tese

Carlson, W. R. (1977). *Dialectic and rhetoric in Pierre Bayle*. (Tese de doutoramento não publicada). Yale University: USA.

Vários autores

Ríos, M., Blanco, A., Bonany, T., & Carol, N. (1970). *Time and again* (2ª ed). Lisboa: Porto Editora.

Indicação de edição

Adiga, A. (2009). *O tigre branco* (2ªed). Lisboa: Presença.

Atas de conferência

Wilson, J. M. (Ed.) (2003). *Time for knowledge management: Actas da European Week Conference 2003, sobre Technology, Information in Management and Environment*. Coimbra: Instituto Politécnico.

Publicação de um organismo coletivo:

Boston Women's Health Book Collective. (1973). *Our bodies, ourselves: A book by and for women*. Simon: New York.

Legislação ou normas (em rodapé):

Portaria nº 809/90 de 10 de setembro. *Diário da República nº 209/90 - I Série*. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, da Saúde e do Ambiente e Recursos Naturais. Lisboa.

Artigo numa coletânea (compilação de trabalhos da responsabilidade de um ou vários editores):

Silko, L.M. (1991). The man to send rain clouds. In W. Brown., A. Ling. *Imagining America: Stories from the promised land*. New York: Routledge.

Artigo de uma revista científica:

Ramírez, P.M., Castro, E. & Ibáñez, J.H. (2001). *Reutilização de águas residuais depuradas provenientes da ETAR de Albacete (S.E. Espanha) em campos hortícolas*. *Tecnologias do Ambiente*. 44: 48-51.

Sadiq. M. & Alam, I. (1997). Lead contamination of groundwater in an industrial complex. *Water, Air and Soil Pollution*. 98: 167-177.

Artigo de um jornal ou de uma revista não científica:

Barringer, F. (1993, 7 de março). Where many elderlies live, signs of the future. *The New York Times*, p. 12.

No que diz respeito às citações utilizadas no corpo do artigo estas podem ser de dois tipos: citações formais e citações conceptuais. As citações formais surgem quando se transcreve textualmente a ideia do autor e devem ser colocadas entre aspas quando inseridas no *corpus* do texto.

Se a citação for igual ou inferior a quatro linhas deve ser colocada no decorrer do texto, se for igual ou superior a quatro linhas deve ser destacada relativamente à margem esquerda, diminuindo-se o espaço entre linhas e o tamanho do texto. De referir que uma citação nunca começa por maiúscula.

As citações conceptuais são as mais utilizadas e referem-se ao ponto de vista do investigador, mas que têm como base uma ideia referida por um autor.

Devemos também evitar alguns erros nomeadamente a omissão de estudos/autores de importante relevância para o tema e a não utilização de fontes primárias.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Segundo Fortin, (1996: 271) «*estatística é a ciência que permite estudar as informações numéricas medidas num determinado número de sujeitos (amostra)*», permitindo deste modo resumir a informação numérica de uma forma estruturada, a fim de obter uma imagem geral das variáveis medidas numa amostra.

Por outro lado, permite através de teste estatísticos determinar se as relações observadas entre certas variáveis numa amostra são generalizáveis à população de onde esta foi retirada.

Numa investigação que integre os paradigmas qualitativo e quantitativo, a análise estatística permite aos investigadores criar um outro contexto de análise, proporcionando uma representação mais enriquecida e reforçada, para examinar o fenómeno em estudo.

A integração de dados quantitativos numa investigação pode igualmente aumentar a sua credibilidade e validade.

Amostra

Um dos elementos de extrema importância em qualquer estudo científico é a definição da população ou amostra. Embora o estudo da população implique uma maior precisão dos resultados, a análise de uma amostra permite igualmente obter as mesmas informações com uma certa margem de erro consideravelmente pequeno. Para isso a amostra deverá apresentar características

idênticas à da população, ou seja, deve ser representativa do universo que se pretende estudar. Existem dois métodos que podem ser aplicados para selecionar uma amostra e que podem ser agrupados em amostras probabilísticas (casuais ou aleatórias) ou não probabilísticas (não casuais ou não aleatórias).

A amostragem probabilística é aquela em que todos os elementos da população têm probabilidade de ser incluídos na amostra, o que garante a representatividade da amostra em relação à população. Esta pode ser aleatória simples, aleatória estratificada, aleatória sistemática, e aleatória por conglomerado. Este é o tipo de amostra ideal pois permite uma inferência estatística generalizada.

Numa amostra aleatória simples todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem escolhidos como elementos da amostra; os elementos da amostra são, por isso, escolhidos por sorteio. Para que o sorteio possa ser realizado, é necessário que os elementos da população estejam identificados.

Quando a população está dividida em estratos, a amostra designa-se por estratificada, de tal modo que o tamanho dos estratos na amostra seja proporcional ao tamanho dos estratos correspondentes na população.

Quando a literatura científica evidencia que existem diferenças significativas entre subgrupos da população que pretendemos estudar é vantajoso fazer uma amostragem que garanta que esses subgrupos (estratos) vão estar representados na nossa amostra de forma proporcional ao seu peso nessa população.

Por exemplo, a literatura diz-nos que existem diferenças significativas entre a população feminina e masculina e entre a população rural e urbana em relação ao comportamento religioso. Se estivéssemos a fazer uma sondagem onde a religiosidade fosse uma variável relevante, então seria importante que a nossa amostra incluísse um número de homens e de mulheres residentes em áreas urbanas e rurais que fosse proporcionalmente igual ao que existe na população em estudo.

Para garantir essa representação proporcional utilizamos a amostragem aleatória estratificada que consiste em: (1) começar por identificar esses subgrupos significativos (estratos), (2) calcular o peso relativo (%) de cada um dos estratos na população e (3) utilizar, em cada um dos estratos, um procedimento de amostragem aleatória simples para escolher (na mesma proporção em que estão representados na população) os sujeitos de cada estrato que irão integrar a amostra (Antunes, 2011). Na amostra aleatória estratificada dividimos a população em grupos homogéneos, mas heterogéneos entre si.

Considerando Antunes (2011), supondo que tínhamos uma população com 600 sujeitos, 325 do sexo feminino e 275 do sexo masculino, residentes em 7 freguesias de Coimbra: Santa Clara, Santo António dos Olivais, Santa Cruz, São Martinho do Bispo, Sé Nova, Eiras e São Bartolomeu – de acordo com a distribuição que se apresenta no quadro seguinte:

FREGUESIA * SEXO Crosstabulation

Count

		SEXO		Total
		Feminino	Masculino	
FREGUESIA	Santa Clara	28	28	56
	Santo António dos Olivais	54	49	103
	Santa Cruz	48	41	89
	São Martinho do Bispo	58	35	93
	Sé Nova	59	51	110
	Eiras	46	46	92
	São Bartolomeu	32	25	57
Total		325	275	600

Desta forma já sabemos qual deve ser a proporção de cada um dos 14 estratos na nossa amostra. Assim, se estivermos interessados, por exemplo, em constituir uma amostra de 325 sujeitos, sabemos qual o número de sujeitos de cada estrato que deve ser selecionado para a nossa amostra (n).

Basta multiplicar o total pretendido para a amostra (325, no nosso exemplo) pela proporção de cada estrato na população. Por exemplo, a percentagem de sujeitos do estrato 1 (Sexo=1 e Freguesia = a Santa Clara) na população é de 4.7%, pelo que o número de sujeitos deste estrato a incluir na amostra deve ser de $325 \times ,047$, ou seja, 15 (Antunes, 2011).

Na amostra aleatória sistemática os elementos que constituirão a amostra são escolhidos segundo um fator de repetição (um intervalo fixo).

A sua aplicação requer que a população esteja ordenada segundo um critério de modo que cada um dos seus elementos possa ser unicamente identificado pela sua posição (uma lista que englobe todos os seus elementos, uma fila de pessoas, etc.). O fator de repetição é determinado dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n).

O primeiro elemento é escolhido por sorteio, dentre os elementos da população que ocupam a posição igual ou inferior a N/n (fator de repetição). Em seguida, selecionam-se os elementos a cada intervalo N/n , o intervalo de amostragem (IA) é obtido dividindo o total de sujeitos da população pelo número de sujeitos que pretendemos para a nossa amostra ($IA = N/n$).

Se tivermos uma população de 600 sujeitos (N) e quisermos selecionar uma amostra de 100 (n) o Intervalo de Amostragem é de 6 ($IA = 600/100 = 6$). Isso significa que teremos que escolher 1 sujeito para a amostra em cada grupo de 6 sujeitos da população, ou seja, de 6 e 6 sujeitos escolhemos um (Antunes, 2011). Este tipo de amostra é geralmente utilizado em sondagens à boca das urnas.

Por fim, a amostra aleatória por conglomerado consiste em subdividir a população que se vai investigar em grupos fisicamente próximos, independentemente de eles serem homogêneos ou não. Em tais conglomerados, são agregados os elementos populacionais com estreito contato físico (como casas, quarteirões, bairros, cidades, regiões, etc.). Por exemplo, se quisermos estudar a percentagem de fumadores em Portugal recorreremos a uma

amostra por conglomerado, ou seja, uma região. Após esta escolha decidimos se queremos uma amostra aleatória ou sistemática.

Numa amostra não-probabilística, a escolha dos elementos da amostra é feita de forma não-aleatória, justificadamente ou não. A escolha é intencional ou por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo ou ainda o conhecimento que o pesquisador tem daquilo que está a investigar. Na amostra não-probabilística também se podem utilizar quotas, iguais ou diferentes.

Variáveis

Outro dos elementos sempre presentes numa análise estatística são as variáveis. Nas ciências sociais e humanas, uma variável representa a característica de interesse que é medida em cada elemento da amostra ou população.

Como o seu nome indica, os seus valores variam de elemento para elemento, podendo ser numéricas e não numéricas. Podemos dividir as variáveis em dois grupos: variáveis dependentes e variáveis independentes.

Uma variável independente é uma variável que representa uma quantidade que está a ser manipulada numa experiência. Estes tipos de variáveis influenciam, afetam ou determinam outras variáveis.

Representam um fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência.

É o fator manipulado pelo investigador com o objetivo de determinar a relação do fator com o fenómeno observado.

Por exemplo, se eu pretender estudar o efeito de um fármaco para as dores de cabeça posso desenvolver uma investigação experimental onde irei utilizar dois grupos: um grupo de controlo e um grupo experimental. Ao grupo de controlo administro um comprimido com efeito placebo e ao grupo experimental aplico o comprimido ao qual o efeito quero estudar.

A variável aqui manipulada é o fármaco aplicado que, caso os resultados sejam idênticos, revela que o princípio ativo não teve efeito. A variável independente está geralmente ligada à manipulação da relação de causalidade.

Podemos considerar como variáveis independentes: (i) A temperatura pois é fator determinante para o estado do indivíduo; (ii) Uma boa alimentação pois é fator determinante na produtividade e (iii) A prática de exercício físico pois é fator determinante no aumento da saúde.

Já a variável dependente representa uma quantidade cujo valor *depende* da forma como a variável independente é manipulada. Revelam os valores (fenómenos ou factos) a serem descobertos ou explicados, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente.

Representam o fator que aparece, desaparece, aumenta ou diminui à medida que o pesquisador modifica a variável independente. No fundo é a propriedade que ou

fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente).

As variáveis também podem ser de dois tipos: variáveis qualitativas ou quantitativas. As variáveis quantitativas representam as características que podem ser medidas através de uma escala quantitativa, ou seja, apresentam valores numéricos que ajudam a explicar o objeto de estudo e podem ser contínuas ou discretas.

As variáveis quantitativas discretas representam as características mensuráveis que podem assumir apenas um número finito de valores e apenas fazem sentido quando representam valores inteiros - geralmente são o resultado de contagens (e.g. número de filhos, número de bactérias por litro de leite, número de cigarros fumados por dia).

As variáveis quantitativas contínuas representam as características mensuráveis que assumem valores numa escala contínua para as quais os valores fracionais fazem sentido. Usualmente devem ser medidas através de algum instrumento (e.g. peso (balança), altura (régua), tempo (relógio)).

Para além das variáveis quantitativas temos também as variáveis qualitativas que representam as características que não possuem valores quantitativos, ou seja, não são representadas por números, mas por categorias – são variáveis categóricas e podem ser nominais ou ordinais. Nas variáveis qualitativas nominais não existe ordenação entre as categorias (e.g. exemplos: sexo, cor dos olhos, fumador / não fumador,

doente/saudável). Já nas variáveis qualitativas ordinais existe uma ordenação entre as categorias (e.g. escolaridade (1º, 2º, 3º ano), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), mês de observação (janeiro, fevereiro...)).

Escalas

As escalas representam um conjunto de valores ou conteúdo de uma variável, obtidos de acordo com algum critério de importância, tendo como objetivo final a sua mensuração ou medida. Os valores obtidos podem ser métricos ou não métricos.

Um exemplo para valores não métricos seria o nível de carga de uma bateria (alto, médio, baixo), e para valores métricos poderíamos citar os graus de temperatura de um termómetro (Appolinário, 2007).

Na procura de melhores métodos para desenvolver a pesquisa científica, uma das características mais importantes para qualquer método é a escala correta. Importa também referir que existe sempre uma enorme dificuldade em escolher qual a melhor escala para cada pesquisa. Ao decidir por qual escala utilizar, deve-se observar o objetivo da pesquisa e os possíveis entrevistados, sendo que essa escolha deve ser feita impreterivelmente pelo pesquisador e antes da realização da pesquisa, ou seja, na fase de planeamento (Silva Júnior & Costa, 2014).

Na construção de uma escala de atitude estão envolvidos vários conhecimentos que se entrecruzam,

como por exemplo: i) a psicologia que define os constructos, que são traços, aptidões ou características supostamente existentes e abstraídos de uma variedade de comportamentos, e analisa a relação entre os processos mentais e as amostras comportamentais que são suscetíveis de medição; ii) a teoria da medição, dando fundamento à existência de uma escala, isto é, analisando as relações entre os processos mentais, por forma a corroborar as correlações com sistemas numéricos, por vezes, pouco ou menos complexos; iii) a estatística que atribui uma fundamentação matemática aos instrumentos de medida.

A atitude torna-se assim num constructo que se tenta avaliar através da expressão favorável ou desfavorável, o que indica que as atitudes não são diretamente observáveis.

Por detrás do observável escondem-se por vezes as verdadeiras razões e atitudes dos sujeitos e por isso se desenvolveram várias técnicas (umas mais deontológicas do que outras) para se ter acesso a esse mundo que insistimos em preservar do olhar dos outros.

Existem assim quatro tipos de escalas: escalas nominais; escalas ordinais; escalas de intervalos e escalas de razão. As escalas nominais são escalas classificativas permitindo descrever as variáveis ou designar os sujeitos sem recurso à quantificação. É o nível mais elementar de representação, baseado no agrupamento e classificação de elementos para a formação de conjuntos distintos. A escala nominal é uma simples lista de diferentes posições

que pode ser adotada pela variável, sem que seja definido qualquer tipo de relação de ordem. Neste tipo de escala as observações são divididas em categorias segundo um ou mais dos seus atributos, essencialmente qualitativos, referentes ao tipo de sujeito, de objeto ou de acontecimento.

Para que se satisfaça o princípio da exaustividade, é preciso que todos os casos possíveis tenham uma classificação, o que implica, muitas vezes, na definição de uma categoria complementar denominada por "outro". As variáveis expressas na escala nominal podem ser comparadas utilizando, apenas, as relações de igualdade ou de diferença. Os números atribuídos às variáveis servem como identificação, ou para associar o seu enquadramento a uma dada categoria como por exemplo o estado civil, sexo ou a cor dos olhos.

Nas escalas ordinais as categorias já têm significado (e.g. escolaridade), as observações distribuem-se segundo uma ordem que pode ser crescente ou decrescente, permitindo estabelecerem-se diferenciações. A escala ordinal é a avaliação de um fenómeno em termos da sua situação dentro de um conjunto de patamares ordenados, variando desde um patamar mínimo até um patamar máximo ou vice-versa.

As escalas ordinais distinguem os diferentes valores da variável, hierarquizando e classificando de acordo com diferentes graus, e estabelecendo uma evolução entre os valores (Silva & Silva, 2010) como é o caso do nível social, nível salarial ou escalas usadas na

medida de opiniões. A ordenação natural nas categorias é a característica principal de uma escala ordinal.

Outro tipo de escalas são as escalas de intervalo ou intervalares. A escala de intervalos é uma forma quantitativa de registrar um fenômeno, medindo-o em termos da sua intensidade específica, ou seja, posicionando-o em relação a um valor conhecido arbitrariamente denominado como ponto zero (Morais, 2015). Nas escalas intervalares a diferenciação dos indivíduos ou das observações assume um valor quantitativo constante.

Esses valores envolvem classificação, grandeza e unidades de tamanho idêntico. Neste tipo de escala, além de ter todas as características de uma escala ordinal, conhece-se também as distâncias entre quaisquer números da escala.

O ponto zero (origem) e a unidade de medida são arbitrários, como por exemplo, na escala de graus centígrados o congelamento da água ocorre aos zero graus e a ebulição aos cem graus centígrados, enquanto que, na escala Fahrenheit o congelamento e a ebulição ocorrem, respectivamente, a 32 e 212 graus.

A escala de maior alcance é a escala intervalar pois permite o posicionamento de valores em relação a um ponto arbitrário.

Uma das escalas de intervalo mais utilizadas para medir atitudes é a escala Likert, criada pelo educador e psicólogo Rensis Likert em 1932, quando recebeu seu Ph.D. em psicologia pela Universidade de Columbia.

Likert realizou um levantamento usando uma escala de um a cinco pontos (normalmente cinco), sendo elas nomeadas como:

- . Discordo totalmente
- . Discordo
- . Não concordo nem discordo
- . Concordo
- . Concordo totalmente

De acordo com Appolinário (2007: 81), a escala de Likert pode ser definida como um «*tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto*». A escala de Likert é similar à escala de Thurstone, a diferença entre elas é que a escala de Likert apresenta o grau de intensidade das respostas (Oliveira, 2015).

Na sua forma original, a escala Likert é constituída por cinco pontos, porém com o passar do tempo, os investigadores foram alterando o número de pontos utilizados no seu questionário denominando assim a escala como *do tipo* Likert.

Tabela 1 - Exemplo de Escala Likert:

1. Estou satisfeito com o atendimento				
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Silva Júnior e Costa (2014)

Oliveira (2015), aponta como vantagem da escala Likert o fornecimento de direções sobre a posição do respondente em relação a cada afirmação. Contudo ressalta uma desvantagem da utilização desta escala associada ao problema de interpretação pois devido às diferentes opções de resposta, estas podem confundir o inquirido.

Outra vantagem apresentada pela escala Likert é a sua simplicidade de aplicação, onde o inquirido opta por concordar ou não com uma determinada afirmação.

Os números nas escalas Likert indicam a forma como as respostas diferem entre si em determinadas características. Esses números estão relacionados com a denominação de pontos da escala que será utilizada na pesquisa, sendo que, a quantidade de pontos atribuída a escala pode ser um problema, pois atribuir 3 pontos é fácil, com 1 – discordo, 2 – não concordo nem discordo, e 3 – concordo; no entanto, atribuir 10 pontos de uma escala de 1 a 10 é muito mais complicado pois a própria seleção do número de pontos é complicada (Silva Junior & Costa, 2014).

Outra escala ordinal também bastante utilizada para a medição de atitude ou opinião é a escala de Thurstone. As escalas tipo Thurstone são constituídas por um conjunto de itens em relação às quais o entrevistado deve manifestar simplesmente o seu acordo ou desacordo, não necessitando exprimir o grau de concordância quanto à resposta dada.

A necessidade de Thurstone era de estabelecer um método de medição de valores sociais, numa escala psicológica capaz de medir a percepção da consciência interna (Thurstone, 1952).

O estabelecimento dessa nova metodologia parte do princípio de que podemos medir as atitudes através das respostas verbais dos entrevistados, opiniões e avaliações que os sujeitos respondem sobre uma determinada situação.

O indivíduo responde a proposições pré-determinadas, indicando a sua possível ação, sem incluir a sua intensidade sobre o tema. É importante destacar, que o que está a ser medido é a opinião do entrevistado sobre determinado contexto social, não sendo necessariamente a atitude a ser adotada diante de um fato real, pois a maneira de agir do indivíduo está relacionada com a conjuntura que ele está envolvido (Fonseca, 2015).

A escala de Thurstone é utilizada para medir atitudes utilizando a psicofísica⁸, para medições de aspetos sociais e psicológicos, entendida com a teoria de medição da atitude moderna, que pode ser definida como

⁸«[...] mede-se a sensação que um determinado estímulo produz».

sendo a quantidade de afeição ou sentimento a favor ou contra certo estímulo, sendo desenvolvida com o intuito de idealizar um método pelo qual a distribuição de atitude de um grupo específico a uma pergunta possa ser representada sob a forma de uma distribuição de frequência, contribuindo para a utilização da referida escala (Guaglianoni, 2009).

Também segundo Oliveira (2001), a escala de Thurstone envolve métodos de cálculos sofisticados, consumindo bastante tempo, porém quando definida adequadamente é fácil de ser aplicada/implementada e respondida pelos indivíduos entrevistados.

A construção da escala de Thurstone é realizada inicialmente, através da elaboração de uma lista de frases curtas e claras que expressam opiniões, muito favoráveis e extremamente desfavoráveis, a assuntos relacionados com a atitude que se pretende medir. A distribuição das questões é através de comparações favoráveis ou desfavoráveis a determinadas afirmações, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Modelo de aplicação da escala Thurstone

Assinale nas colunas da direita se você concorda ou discorda com cada uma das afirmações a seguir em relação ao café A		
Afirmações	Concordo	Discordo
1. É um café puro		
2. É um café muito forte		
3. É muito saboroso		
4. Seu sabor é diferente e marcante		

5. Seu aroma é delicioso		
6. É feito com grãos de café de alta qualidade		
1. É um café caro		
1. É torrado no ponto certo		
9. Sua embalagem protege o sabor		
10. Sua embalagem é bonita		
11. É um produto moderno		

Fonte: (Oliveira, 2015)

A escala de Thurstone, apesar de muito estudada e aplicada, vem sendo cada vez menos a ser utilizada devido a motivos de ordem prática como a morosidade do processo de construção (Fonseca, 2015).

Por fim, a escala de razão é de natureza quantitativa tendo um valor de base natural que não pode ser alterado, gozando da propriedade da ordinalidade (e.g. altura, peso, comprimento). A escala proporcional ou de razão é a mais completa e sofisticada das escalas.

É uma quantificação produzida a partir da identificação de um ponto zero que é fixo e absoluto, representando um ponto mínimo. Nesta escala, uma unidade de medida é definida em termos da diferença entre o ponto zero e uma intensidade conhecida. A partir disso, cada observação é aferida segundo a sua distância ao ponto zero, distância essa expressa na unidade de medida previamente definida (Morais, 2015).

Um aspeto importante a ser observado é que, nas escalas de razão, um valor 2 indica, efetivamente, uma

quantidade duas vezes maior do que o valor 1, o que não acontece necessariamente, nas outras escalas.

Na escala de razão, além de ser possível quantificar as diferenças entre as medições, também estão garantidas certas propriedades matemáticas, o que permite determinar o quociente de duas medições, independentemente da unidade de medida. A escala de razão é considerada a mais poderosa das escalas pois permite a comparação de valores em termos absolutos (Morais, 2015). No Quadro 2 é possível observar exemplos de medidas associadas às escalas de medição.

Validade do estudo

A credibilidade de uma investigação científica assenta em critérios de validação correspondentes a cada um dos processos e instrumentos que envolvem um projeto científico.

Numa investigação quantitativa, os critérios de credibilidade estão especialmente ligados à forma como foi feita revisão do estado da arte, à fiabilidade do processo de recolha e análise de dados bem como à possibilidade de generalização de resultados.

Assim, o estudo da validade de um questionário poderá ser feito através da análise fatorial exploratória que nos irá permitir verificar se o conceito ou o fenómeno que queremos estudar está presente nos dados acabados de recolher como também na formulação das questões e respetiva escala que o compõem, pois aquilo que pretendemos investigar deverá ter tido como base a

revisão da literatura sobre o tema e as respostas que pretendemos obter no final da nossa investigação. Neste sentido, podemos enumerar alguns procedimentos associados à investigação quantitativa e que podem assegurar a sua validade interna, nomeadamente:

- . Revisão da literatura;
- . Escolha dos instrumentos de recolha e análise de dados;
- . Capacidade de generalização dos resultados;
- . Fiabilidade do constructo;
- . Justificação epistemológica das hipóteses de investigação;
- . Fiabilidade estatística (análise fatorial exploratória⁹,

⁹ A análise fatorial exploratória representa um conjunto de técnicas multivariadas que tem como objetivo encontrar a estrutura subjacente em uma matriz de dados e determinar o número e a natureza das variáveis latentes (fatores) que melhor representam um conjunto de variáveis observadas. Ao analisar a estrutura das inter-relações de um determinado número de variáveis observadas, a AFE define o(s) fator(es) que melhor explica(m) a sua covariância. As variáveis observadas pertencem a um mesmo fator quando, e se, elas partilham uma variância em comum (são influenciadas pelo mesmo construto subjacente). Assim, um fator é uma variável latente (por exemplo, autoestima) que influencia mais de uma variável observada (por exemplo, estou satisfeito comigo; tenho boas qualidades; sou uma pessoa de valor), representando, assim, a covariância entre elas.

coeficiente alfa de Cronbach¹⁰, critério Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)¹¹ e o Bartlett Test¹²)

Na investigação qualitativa, embora não exista o elemento de generalização de resultados, pois os estudos são contextualizados, existem algumas formas de validar uma investigação, nomeadamente no que diz respeito às conclusões do investigador e que estão ligadas à sua própria credibilidade e à forma como obteve os dados da sua investigação. Os principais procedimentos associados à investigação qualitativa e que podem assegurar a sua validade interna, são:

- . Permanência prolongada no local de modo a evitar conclusões erradas;
- . Revisão da literatura;
- . Observação persistente de modo a verificar a realidade de forma correta;
- . Confrontação das perspetivas e sentimentos do investigador com outros colegas;

¹⁰ Determina a confiabilidade de um questionário. Mede a correlação média das respostas de forma a aferir um significado à investigação. Determina a consistência interna dos fatores onde as variáveis se encontram categorizadas. Varia entre 0 e 1 onde entre 0,6 – 0,7 é considerado fraco, mas ainda aceitável; entre 0,7 – 0,8 razoável; entre 0,8 e 0,9 bom e superior a 0,9 muito bom.

¹¹ Identifica se o modelo de análise fatorial é adequado à realidade que estamos a observar. Avalia a amostra ao fator(s) que pretendemos extrair. Varia entre 0 e 1 onde o valor mais baixo considerado aceitável em ciências sociais varie entre 0,4 e 0,6.

¹² Mostra igualmente se existe uma correlação significativa entre as variáveis em estudo, aferindo assim a significância do fenómeno que nos propomos investigar.

- . Credibilidade do investigador;
- . Tipo de observação escolhida;
- . Imparcialidade dos dados recolhidos;
- . Pertinência do tema;
- . Capacidade de justificação da metodologia escolhida em função da realidade observada;
- . Registo adequado dos materiais utilizados como fontes de dados.

BIBLIOGRAFIA

- Anastasi, A. (1990). *Psychological testing*. New-York: MacMillan.
- Antunes, R. (2011). *Amostragem aleatória estratificada*. <https://sondagenseestudosdeopiniao.wordpress.com/amostragem/amostras-probabilisticas-e-nao-probabilisticas/amostragem-aleatoria-estratificada>
- Appolinário, F. (2007). *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Arksey, H., & Knight, P. (1999). *Interviewing for Social Scientists*. London: Sage Publications.
- Bastos Junior, R. (2005). *Elicitação de requisitos de software através da utilização de questionários*. Dissertação (Mestrado) em Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1991). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Cohen, L., & Manion, L. (1990). *Métodos de Investigación Educativa*. Madrid: La Muralla

- Creswell, J. (2011). *Research Design Quantitative & Qualitative Approaches*. London: Sage.
- Cunha, L. (2007). *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. Dissertação de Mestrado em Probabilidades e Estatística. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Dalmoro, M. (2008). Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados. *Revista Gestão Organizacional*, V.6, n. 2000, p. 161–174.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (Ed.) (1994). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Flock, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Fortin, M. (1996). *O processo de Investigação: da concepção à realização*. Lusociência: Loures.
- Fonseca, A. (2015). *Era da medição de atitudes (1920-1930)*. <http://www.hoops.pt/psicologia/psico2.htm>
- Given, L., Saumure, K. (2008). *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Volumes 1 & 2. Lisa M. Given Editor: University of Alberta.

Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*.
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gauthier, B. (2003). *Investigação Social. Da problemática à colheita de dados*. Loures: Ed: Lusociência.

Guaglianoni, D. (2009). *Análise Sensorial: Um Estudo Sobre Procedimentos Estatísticos e Número Mínimo de Julgadores*. Tese de Mestrado em Probabilidade e Estatística: Universidade Estadual Paulista: Araraquara.

Hegenberg, L. (1976). *Etapas da Investigação Científica*. São Paulo: E.P.U./EDUSP.

Lima, L. (2000). *Atitudes: Estrutura e mudança*. In: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Marconi, M. & Lakatos, E. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas.

Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*, (5ª ed). Lisboa: Report Number.

Marshall, C. & Rossman, G. (1999). *Designing Quantitative Research* (3ª Ed.). California: Sage Publications.

McMillan, J. & Schumacher. (2001). *Research in Education. A conceptual introduction*. New York: Harper Collins.

Merriam, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education*. San Francisco: Jossey-Bass.

Minayo, S. (2000). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec.

Moltó, C. (2002). *Introducción a los Métodos de Investigación*. Madrid: EOS.

Moraes, C. (2015). *Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística*. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, <http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf>

Moreira, J. (2009). *Questionários: Teoria e Prática*. Lisboa: Almedina.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª Ed.)*. Lisboa: Gradiva.

Oliveira, T. (2015). *Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert*. FECAP, V.2, nº. 2.

http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm

Pilli, L. (2004). Modelagem da importância dos atributos de produtos e serviços em estudos de satisfação. *In: Congresso Brasileiro de Pesquisa*. São Paulo.

Silva, S. & Pinto, M. (2009). *Metodologia em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Silva Júnior, S.D. & Costa, F. J. (2014). Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e *Phrase Completion*. *PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, São Paulo, Brasil, V.15, p.1-16.

Silva, N. & Silva, O. (2010). *Escalas de medidas de variáveis para diagnósticos da sustentabilidade de sistema de produção agropecuários*. *Scientia Agraria Paranaensis*, V. 9, nº. 2. p. 71 – 84.

Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. London: Sage Publications.

Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Thousand Oaks, Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*. CA: Sage Publications.

Thurstone, L. (1952) A History of Psychology in Autobiography. In *Gardner Lindzey* (ed), 6 Vol. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 294 - 321.

Turato, R. (2003). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: Construção Teórico - Epistemologica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas da Saúde e Humanas*. Petrópolis: Vozes.

Weber, M. (2009). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

Weber, M. (2015). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Faro 2024